

# Do congelamento à indexação *Economia - Brasil*

Enquanto os boatos se multiplicavam de maneira inquietante, o ministro da Fazenda, após entender-se com o presidente da República, proclamava solenemente: "Não existe nenhuma intenção de se fazer qualquer congelamento". Sabe-se que, por direito divino, assiste aos ministros da Fazenda o direito de mentir, e que até um ministro britânico usou dessa prerrogativa às vésperas de uma desvalorização da libra esterlina. Não obstante, acreditamos que o sr. Luiz Carlos Bresser Pereira esteja usando de franqueza, embora nos pareça que, ao dizer que não cogita de recorrer a nenhum choque, está jogando com o sentido das palavras. Pois é evidente que a economia nacional não resistirá a uma inflação como a atual se não forem tomadas medidas drásticas.

"Queremos indexar todos os preços" — declara o ministro, fornecendo uma vez mais, e com certa antecedência, uma indicação sobre sua futura política. Aliás, ele continua estimulando os reajustes de preços, pois sabe que, quando todos os preços estiverem indexados, será melhor que o indexador se aplique a preços de base elevados. Entre o congelamento

e a indexação geral não há, na verdade, grande diferença. Com efeito, a indexação geral representa uma forma de congelamento, apenas com esta diferença — que o que fica congelado é a natureza do indexador, que tem de ser igual para todos.

É verdade que o ministro Bresser Pereira confuta o esquema do chamado Plano Larida, pelo qual a OTN se tornaria a nova moeda. Mas suas cogitações não podem estar longe disso. Cabe apenas lembrar que o tempo pressiona, pois, quando a indexação é feita sem regras, a hiperinflação pode sobrevir imediatamente. Se o ministro se mostra tão confiante em relação ao risco de hiperinflação, não há dúvida que pretende "ordenar" a indexação.

Outrossim, terá de enfrentar uma séria dificuldade: a falta de um aparelho fiscalizador, uma vez que o anterior foi totalmente esvaziado pela antiga equipe. Daí resultam consideráveis obstáculos ao controle da total indexação. Não há dúvida que, para controlar a inflação, com o regime de indexação geral, o governo necessita reunir vários fatores.

O primeiro diz respeito ao clima econômico. O choque (que o ministro

nos perdoo empregar esta palavra...) não pode ser dado com a economia aquecida. Assim se explica o fato de o ministro tencionar conter o crescimento em 3 a 3,5%, objetivo que, transcorrida metade do ano, requer acentuado declínio das atividades. A explosão inflacionária do momento deverá concorrer para a contenção da demanda, fator este que talvez explique a relativa tranqüilidade do sr. Luiz Carlos Bresser Pereira diante da inflação de 19,5% em abril e que dificilmente será menor em maio.

O "gatilho" salarial constitui, certamente, fator de realimentação das pressões inflacionárias e, todavia, não assegura aos assalariados o meio adequado de conservar-lhes o poder aquisitivo. Ora, é evidente que só um "choque" permitiria negociar a supressão do "gatilho" e encontrar um dispositivo capaz de resguardar os assalariados. No presente momento, porém, o "gatilho" parece ser o único dispositivo aceitável.

Não há dúvida que, com as minúsculas reservas cambiais existentes no momento, e com a incerteza em torno da renegociação da dívida externa, é bastante difícil, para o governo, executar uma nova política eco-

nômica destinada a conter a inflação. Com efeito, a pressão cambial constitui elemento essencial de qualquer política e, evidentemente, se ocorrer um bloqueio nas importações, a indexação total sofreria uma pressão exógena, impedindo a neutralidade desejada da alta de preços. Por isso, o governo tem todo interesse em lançar as bases do restabelecimento da negociação com os credores públicos (Clube de Paris) e privados (bancos), antes de provocar o choque. Nos próximos meses, aliás, será possível avallar melhor as possibilidades de recuperação do saldo da balança comercial, peça imprescindível à fixação dos rumos da política econômica.

A nova equipe econômica do governo está jogando, entretanto, contra o tempo, num clima político não muito favorável, como se vê pela reação de algumas personalidades do PMDB. A cada dia que passa, as chances de dar um choque que não acarrete graves consequências sociais estão diminuindo. Além do mais, a Nação fica perplexa diante da elevação dos preços, que facilmente será atribuída à incapacidade das autoridades monetárias.

9 MAI 1987

ESTADO DE SÃO PAULO